

Ásia

Macau - Três anos após a passagem

Gary Ngai

Três anos após a passagem para a soberania chinesa e a criação da Região Administrativa Especial (RAE) de Macau, que resultados foram alcançados e que problemas enfrenta a região? Qual a viabilidade do princípio "um país dois sistemas", e quais as relações com a comunidade lusófona?

Na altura da transferência de soberania, todos estavam preocupados com as guerras de *gangs* que afugentaram os visitantes e com o quadro sombrio da economia. O Governo da RAE de Macau demonstrou, orgulhosamente, ao mundo que conseguiu reverter a situação – as actividades criminosas têm sido mantidas sob rigoroso controlo, Macau reganhou a sua reputação de paraíso turístico, atraindo mais de 10 milhões de visitantes, muito mais do que nos melhores períodos anteriores à transferência e a economia passou de um crescimento negativo de 4% para um crescimento positivo de 4%, com o jogo a gerar mais rendimentos, garantindo um balanço positivo do orçamento. Com um orçamento de cerca de 10 mil milhões de patacas, 10% foram contabilizados como surplus, mantendo um crescimento saudável e sustentado. É por estas razões que líderes de Pequim dão palmadas nas costas de Edmund Ho, felicitando-o pela manutenção da estabilidade e por uma boa gestão, muito melhor, aliás, do que a da vizinha Hong-Kong – que não está propriamente em boa forma, sempre no “vermelho”, com dificuldades na definição de uma estratégia clara para manter a sua vantagem comparativa sobre outras cidades costeiras chinesas em rápido desenvolvimento, como Xangai, Cantão, Tienjin e Dalian, após a adesão da China à OMC.

É sempre possível argumentar que Macau é um pequeno território, com uma economia de mini-escala, muito mais pequena que Singapura – em relação à qual Macau tenta aprender – e logo, mais fácil de gerir. Mas, Macau conseguiu manter-se em 5º lugar na escala do PIB per capita asiático, a seguir ao Japão, Brunei, Singapura e Hong-Kong, e assim continuará, se a população não ultrapassar o meio milhão na próxima década. O problema é como elevar a qualidade e a estrutura da sua população através da educação.

Mais de 50% da população são novos imigrantes da China, muitos chegados nos anos 70 e 80, como mão-de-obra barata, com baixos níveis de instrução. Apesar de Macau ter criado cerca de uma dúzia de instituições de ensino superior, públicas e privadas, na última década, ainda é necessário importar profissionais qualificados se a região se quiser transformar numa cidade internacional no verdadeiro sentido da palavra, capaz de competir com outras cidades da região.

Que tipo de cidade internacional? No relatório apresentado por Edmund Ho, é claramente definido como um centro regional de serviços, tendo a indústria do jogo como pivot. O jogo em Macau tem uma longa história de mais de 150 anos e transformou-se numa indústria moderna e diversificada – o Monte Carlo do Oriente, com uma dúzia de casinos, corridas e cavalos e de cães, apostas em jogos de futebol, hotéis, redes de transportes, etc., dirigida pela STDM, que já é um consórcio internacional. Com a fundação da Torre de Macau e o lançamento do projecto Fisherman Wharf, em 2001, deu mais um passo para transformar Macau num centro de entretenimento, de convenções e de exposições, mas com base na sua própria identidade, diferente da de Hong-Kong e de outros locais da região. Quando terminou a concessão do jogo, em Dezembro de 2001, os três vencedores entre a mais de uma dúzia de concorrentes, estão claramente a mover-se nessa direcção, capitalizando as suas próprias experiências. Um é a STDM, que tem a maior experiência na gestão do jogo local, e os outros dois são de Las Vegas, com uma boa reputação de gestão de um centro internacional de congressos e de estâncias de férias. Se todos os investimentos prometidos pelos vencedores, no valor de milhões de dólares, forem materializados a tempo, espera-se que, entre 5 a 10 anos, Macau possa gradualmente transformar-se numa Las Vegas do Oriente. Tendo em consideração que a UNESCO irá, muito provavelmente, classificar Macau como património da humanidade – o encontro entre o Ocidente e o Oriente, desde o século XVI, a mistura da cultura chinesa/oriental e portuguesa/latina – tal daria um traço distintivo à indústria do jogo, tornando Macau num forte centro turístico, único na região. A base legal para essa evolução é garantida pela Lei Básica, com a aprovação das autoridades centrais de Pequim.

Mas Edmund Ho e a sua equipa querem mais do que um centro de jogo e de turismo. Sendo o segundo porto livre da China, a seguir a Hong-Kong, Macau pode facilmente passar a ser outro centro de serviços, centrado na parte ocidental do delta do Rio das Pérolas, competindo com Hong-Kong, que se situa na parte oriental do delta. A parte

ocidental permaneceu subdesenvolvida desde que Hong-Kong substituiu Macau como principal entreposto comercial chinês, há mais de um século. Desde que a China reabriu as suas portas, em 1978, o lado oriental do delta tem estado muito mais activo a atrair investimento externo e tecnologia, através de Hong-Kong, do que a parte oriental, através de Macau. Uma vez que ambos os territórios estão novamente integrados na China, todas as barreiras foram levantadas para uma plena, e mais rápida, integração económica no delta. O plano de construir uma terceira ponte, ligando a península de Macau à ilha de Taipa e uma auto-estrada de ligação de Macau à auto-estrada Zhuhai-Pequim, está em vias de concretização. O fluxo de bens que entram e saem da parte ocidental do delta pelo aeroporto de Macau, mais perto e mais barato do que o de Hong-Kong, está a produzir resultados positivos. Estão a decorrer negociações para a construção de um parque industrial transfronteiriço com a vizinha Zhuhai. O fluxo de turistas e visitantes da China e de Taiwan está crescer rapidamente, resultado de um controle fronteiriço mais flexível.

O conservadorismo e a falta de visão estão muito presentes numa comunidade tão pequena como Macau, características fortemente criticadas por Edmund Ho. Macau não pode avançar se continua só a olhar para dentro e se não consegue desenvolver as suas relações externas. A longo prazo, um dos objectivos é transformar gradualmente Macau numa “plataforma de cooperação” entre a Ásia oriental, incluindo o sudeste asiático, e os diversos países lusófonos, um papel de ponte que poderia ser desenvolvido pela capitalização das vantagens comparativas em termos de laços históricos, língua, relações sociais e custos operacionais. Para Ho, os mercados em desenvolvimento, actualmente negligenciados, tornar-se-ão gradualmente a principal fonte de desenvolvimento de Macau. Este ponto já tinha sido mencionado em Pequim, mas tem sido desprezado pela elite conservadora de Macau. A RAE de Macau será menos relevante para a China, em geral, e para o delta do Rio das Pérolas, em particular, se não conseguir desenvolver este tipo de relações externas, especialmente com a comunidade lusófona. Na polémica com os conservadores, Edmund Ho sublinhou a importância de capitalizar, e de desenvolver, a identidade de Macau enquanto herança do passado – insubstituível por qualquer outro local da região. Edmund Ho está consciente de que será difícil concretizar esta estratégia sem um funcionalismo público forte e eficiente. Ao contrário de Hong-Kong, herdou funcionários jovens e inexperientes, com uma dimensão pouco equilibrada com a sua performance. È urgente aumentar a qualidade do

serviço, através de uma reestruturação e de uma formação intensiva. A reforma administrativa e judicial está a ser feita, passo a passo, sem perturbar a estabilidade, apesar das queixas de lentidão, com resultados limitados.

É claro, pelo relatório de Edmund Ho, que ele prefere o pluralismo ao monolitismo. Sem pluralismo, a identidade de Macau desaparecerá, alerta. O pluralismo é o ponto chave da fórmula “um país, dois sistemas”. Se se permitir que a linguagem e cultura portuguesa, bem como o sistema legal da Europa continental, partes essenciais do segundo sistema, degenerem e desapareçam, como muitos receiam que aconteça, devido à influência das forças conservadoras; se a democracia for substituída pela monocracia, se as liberdades forem afectadas, “um país, dois sistemas” ficará reduzido a “um país, um sistema”. Felizmente, este ainda não é o caso de Macau, mas o perigo existe.

De acordo com o relatório dos Estados Unidos sobre Macau, de Abril de 2002, “sob a soberania chinesa, Macau continua a desenvolver-se numa direcção positiva... projectando a sua própria identidade através de uma crescente interacção com o resto do mundo. Os cidadãos macaenses continuam a usufruir dos direitos humanos fundamentais e de um modo de vida diferente do da China... A República Popular da China tem respeitado os seus compromissos em relação ao elevado grau de autonomia de Macau.. . os funcionários macaenses continuam a gerir Macau e a tomar as suas decisões de acordo com a identidade e os interesses de Macau.

Já no relatório da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeu, de Julho de 2002, se afirma “ é positivo notar que tanto o governo central, em Pequim, como o governo da RAE de Macau continuam a dar grande importância ao princípio “um país, dois sistemas”... O governo de Macau continua a administrar a RAE, tanto em termos internos como externos, de forma autónoma, como previsto na Lei Básica.... As primeiras eleições legislativas confirmaram a evolução para mais democracia... O governo também planeia formar mais juristas, para aumentar a capacidade de redacção legislativa, e garantir juizes mais qualificados para os tribunais ...A RAE de Macau manteve a forma positiva como começou, consolidando as instituições formadas desde a sua criação”.

Apesar destes comentários positivos dos Estados Unidos e da União Europeia, Edmund Ho não deixa de advertir que “ os nossos sucessos não devem fazer esquecer as nossas

deficiências” e “os desafios constantes não devem ser usados como desculpa para evitar enfrentar os problemas”.

Perante a suspeição e o protesto, local e internacional, em relação à alteração do artigo 23 da Lei Básica de Hong-Kong, que pode afectar as liberdades actualmente existentes, Edmund Ho foi sagaz ao afirmar que tinha que seguir as instruções de Pequim para fazer legislação similar em Macau, mas com margem para consultar o povo, esperando que as liberdades não sejam afectadas. Muito menos do que Hong-Kong, Macau não pode, de forma alguma, ser uma base de desafio ao governo central.

Assim, pode-se concluir que Macau está no bom caminho, sem se desviar do princípio “um país, dois sistemas”, com boas perspectivas de futuro, especialmente se reforçar os laços com a comunidade lusófona.